



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ACTA N.º 6/XI/2.ª**

Aos vinte dias do mês de Outubro de dois mil e dez, pelas dez horas e vinte minutos, reuniu, na Sala 6 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Distribuição de Iniciativas legislativas;
2. **Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 40/XI (GOV) -" *Procede à revogação de 433 actos legislativos no âmbito do programa SIMPLEGIS, incluindo a revogação expressa de vários decretos-leis publicados no ano de 1975, a revogação do Código Administrativo de 1936-40 e a alteração do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro e do Decreto-Lei n.º 350/99, de 23 de Outubro*" - Relator: Deputada Francisca Almeida (PSD);**
3. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 35/XI (GOV) -"Alarga e uniformiza o regime do exercício do voto antecipado nas eleições do Presidente da República, da Assembleia da República, dos órgãos das autarquias locais, do Parlamento Europeu e nos referendos nacional e local" e do Projecto Lei n.º 405/XI/1.ª (PSD) -"Alteração ao regime jurídico da eleição do Presidente da República";
4. Ratificação da discussão e votação indiciárias na especialidade do Projecto Lei n.º 299/XI/1ª (BE)-"Reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais (terceira alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais)" e do Projecto Lei n.º 317/XI/1ª(PCP) -"Financiamento dos Partidos";
5. Apreciação e votação de relatórios de petições;
6. Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias;
7. Informações da Subcomissão de Igualdade;
8. Outros assuntos.

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

INICIATIVA	RELATORES
Proposta de Lei n.º 42/XI/2ª (GOV) – Orçamento do Estado para 2011	<b>Pareceres sectoriais:</b>  Justiça - Deputado Ricardo Rodrigues (PS)  Administração Interna -Deputado António Gameiro (PS)  Igualdade – Deputada Francisca Almeida (PSD)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

<b>Projecto de Lei n.º 439/XI/2ª (PCP) – Lei Orgânica do Regime do Referendo Regional</b>	<b>Deputado Hugo Velosa (PSD)</b>
---	-----------------------------------

Em seguida, a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) apresentou o seu parecer sobre a Proposta de Lei n.º 40/XI (GOV) -" *Procede à revogação de 433 actos legislativos no âmbito do programa SIMPLEGIS, incluindo a revogação expressa de vários decretos-leis publicados no ano de 1975, a revogação do Código Administrativo de 1936-40 e a alteração do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro e do Decreto-Lei n.º 350/99, de 23 de Outubro*". As partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

No debate que antecedeu a votação, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) cumprimentou a Relatora pelo parecer apresentado e manifestou a sua discordância em relação à Proposta de Lei, cuja aprovação, mais do que caricata, tornaria a Assembleia da República alvo de chacota nacional, pelo que a considerou inaceitável e apelou à retirada da iniciativa. Recordou que o objectivo do Governo era a revogação, em cada ano, de mais diplomas legais do que os aprovados, pelo que a iniciativa em apreço visava apenas servir este objectivo estatístico, e nem sequer tinha em consideração que a revogação expressa não é a única forma de cessação de vigência de normas.

O Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP) declarou acompanhar o Deputado António Filipe na sua apreciação e manifestou a incredulidade do seu Grupo Parlamentar perante a iniciativa.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) cumprimentou a Relatora pelo trabalho produzido, mas assinalou não a acompanhar na sua opinião, muito embora não quisesse antecipar o debate em Plenário. Considerou que o escopo da iniciativa não era o apontado, mas antes uma ideia altamente meritória, que todos os práticos do Direito aplaudem – a revogação do Código Administrativo. Sublinhou que a revogação expressa de diplomas legais não era uma benfeitoria necessária, mas contribuía para a coerência do sistema e para a clarificação do ordenamento jurídico, através da dissipação de quaisquer dúvidas sobre a vigência de algumas das normas elencadas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

O Senhor Deputado Luís Fazenda (BE) considerou que o mérito da revogação do Código Administrativo não era relevante porque não justificava o “inventário de fantasmas” que o Governo apresentava e que ainda teria tempo de retirar.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) replicou que, se o único propósito fosse a revogação do Código Administrativo e a recolocação das normas ainda em vigor noutras sedes normativas, teria de se sublinhar o facto de existirem outras matérias ainda em vigor que não eram consideradas na Proposta de Lei, pelo que, mesmo nesta parte, muitas dúvidas lhe suscitava o mérito da iniciativa.

A Relatora assinalou, por fim, que, no que tocava à revogação do Código Administrativo, muitas dúvidas existiam ainda quanto às normas que subsistiam em vigor, para além da singularidade da revogação expressa de diplomas legais cuja caducidade era notória. Opinou que o que facilitaria a tarefa de interpretação seria a codificação de normas dispersas e contraditórias mas não a revogação daquelas cuja caducidade é inequívoca.

Tendo sido adiados os 3.º (que foi deliberado concretizar em reunião a convocar para o dia seguinte, às 14h30) e 4.º pontos da ordem de trabalhos, e não havendo relatórios de petições ou de iniciativas europeias para apreciar, a Presidente da Subcomissão de Igualdade, Senhora Deputada Teresa Morais (PSD), deu conta das várias actividades programadas por esta e das muitas já concretizadas, tendo realçado as prioridades escolhidas para a 2.ª sessão legislativa, em especial da programada para o dia 25 de Novembro de 2010, destinada a assinalar o dia internacional pela eliminação da violência contra as mulheres. Intervieram ainda, para dar conta da actividade da Subcomissão, a Senhora Deputada Maria Manuel Augusto (PS) e o Senhor Presidente da Comissão, que realçou o intenso e muito relevante trabalho produzido pela Subcomissão em tão pouco tempo de funcionamento.

No último ponto da ordem de trabalhos, foram apreciados e votados os dois requerimentos apresentados respectivamente pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PS e do BE, para a promoção de audições no âmbito da preparação da discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 37/XI/1.ª (GOV), que "*Cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e procede à 18.ª alteração ao Código do Registo Civil*" e do Projecto de Lei n.º 319/XI/1.ª (BE), que "*Altera o Código do Registo Civil, permitindo a pessoas transexuais a mudança do registo do sexo no assento de nascimento*".



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

A Senhora Deputada Teresa Morais (PSD) apresentou o seu requerimento, explicando que o seu Grupo Parlamentar considerara necessário auscultar diversas entidades antes da discussão e votação na especialidade, muito embora sem que tal devesse contribuir para arrastar o processo.

Os Senhores Deputados Miguel Vale Almeida (PS) e José Moura Soeiro (BE) apresentaram em seguida o seu requerimento conjunto para audições adicionais às propostas pelo PSD.

No debate que antecedeu a votação, intervieram os Senhores Deputados Nuno Magalhães (CDS/PP), Ricardo Rodrigues (PS), Miguel Vale Almeida (PS), José Moura Soeiro (BE) e Teresa Morais (PSD), tendo as propostas merecido as seguintes votações:

- o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida; da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos; da Ordem dos Médicos (nomeadamente os representantes dos Colégios das Especialidades que forem considerados relevantes pela Ordem) e do Dr. João Décio Ferreira foi aprovado com votos a favor do PS; PSD; CDS/PP e PCP e a abstenção do BE;
- o requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE para audição do Dr. Pedro Freitas, da Dra. Íris Monteiro, da Dra. Sandra Saleiro, da Prof. Dra. Carla Moleiro, da ILGA Portugal e da Associação “Panteras Rosa” foi aprovado por unanimidade.

Foi ainda deliberado que as audições decorreriam em grupo de trabalho, que foi constituído de imediato com a seguinte composição:

**Coordenador** – Deputado Miguel Vale de Almeida (PS)

Deputada Francisca Almeida (PSD)

Deputada Isabel Galriça Neto (CDS-PP)

Deputado José Moura Soeiro (BE)

Deputado João Oliveira (PCP)

Deputado José Luís Ferreira (PEV)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 12h20, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(Osvaldo de Castro)**

**Nota: Aprovada em 04-11-2010**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
António Gameiro  
António Montalvão Machado  
Carlos Peixoto  
Celeste Correia  
Fernando Negrão  
Filipe Lobo D' Ávila  
Filipe Neto Brandão  
Francisca Almeida  
Helena Pinto  
Hugo Velosa  
Isabel Oneto  
Jorge Bacelar Gouveia  
Luís Montenegro  
Luís Pita Ameixa  
Maria do Rosário Carneiro  
Maria Manuela Augusto  
Miguel Vale Almeida  
Nuno Magalhães  
Oswaldo de Castro  
Ricardo Rodrigues  
Teresa Morais  
Manuel Seabra  
Marques Júnior

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira